

Agroecologia e o direito à alimentação

Como Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação (mandato de 2008 a 2014), Olivier De Schutter se pronunciou várias vezes sobre a urgente necessidade de imprimir mudanças nos sistemas alimentares globais. Em março de 2014, ele publicou o seu relatório final, fazendo enfáticas recomendações em favor da Agroecologia.

Entrevista com Olivier De Schutter por Margriet Goris

Para De Schutter a agricultura deve atender a necessidades efetivas da população e não se guiar por oportunidades de mercado

Fotos: Joyce Fabriek



Por que você recomenda apoiar os pequenos agricultores?

Sabemos que as pequenas propriedades agrícolas são muito produtivas e bem mais do que as grandes fazendas de monocultivos quando consideramos a produtividade por unidade de área de terra cultivada. A confusão surge porque costumamos calcular a produção considerando apenas o volume de mercadorias que essas grandes propriedades geram. E, sim, elas são produtivas, mas pequenas unidades rurais combinam diferentes produtos e são muito mais eficientes na forma de usar os recursos.

Levando em conta os diferentes produtos, os rendimentos de uma pequena propriedade podem ser muito impressionantes. O problema fundamental é que os sistemas agrícolas industriais nos tornaram viciados em combustíveis fósseis, o que resultou na aceleração das emissões de gases de efeito estufa.

Os sistemas alimentares tornaram-se altamente dependentes do petróleo, mas estamos vendo que o petróleo está acabando. Assim, no futuro, esses sistemas serão energeticamente inviáveis.

Por essa razão, precisamos desenvolver alternativas. E existem argumentos muito bons do ponto de vista da eficiência no uso e da resiliência dos recursos que apontam a Agroecologia como caminho para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis.

Como a Agroecologia está ligada ao direito à alimentação?

Primeiro, Agroecologia não é a mesma coisa que agricultura orgânica. Agroecologia significa entender como a natureza funciona, buscando reproduzir as interações entre plantas e animais e os demais mecanismos ecológicos presentes nos estabelecimentos rurais, a fim de reduzir a dependência de insumos externos, como os fertilizantes químicos. Essa é uma

forma sustentável de produção de alimentos, que preserva a capacidade de as gerações futuras se alimentarem. Além disso, contribui muito mais para a manutenção da saúde do solo, reduz a dependência das energias fósseis, assim como é um tipo de produção de baixo custo. Portanto, para os agricultores nos países em desenvolvimento que têm pouco acesso ao crédito e que são muito mais vulneráveis a riscos do que os agricultores nos países desenvolvidos, a Agroecologia é uma solução muito interessante para o desenvolvimento agrícola.

Você diz que os sistemas de produção agrícolas devem atender a necessidades e não a demandas.

De fato. O problema é que, se a comida for uma mercadoria que responde às leis da oferta e da procura, ela vai atender apenas às necessidades daqueles que têm o maior poder aquisitivo. Em outras palavras, os alimentos não atenderão às necessidades básicas das pessoas mais pobres que não têm dinheiro suficiente para comprar. A produção de alimentos será orientada, portanto, no sentido de satisfazer os gostos dos segmentos mais ricos da população.

Os mercados de terra e água estão se tornando cada vez mais globais, ao passo que populações com poder de compra muito diferentes estão competindo pelos mesmos recursos. Isso está criando um paradoxo, pois, enquanto as demandas por artigos de luxo de uma parte da população mundial estão sendo satisfeitas, as necessidades básicas de outra parcela da população mundial não são reconhecidas nem atendidas.

Qual o papel que os consumidores podem assumir para mudar esse padrão de sistemas de produção?

Os consumidores têm muito mais poder do que geralmente imaginam, e tenho esperança de que esta nova geração fará escolhas muito mais responsáveis e informadas ao considerar os impactos sociais e ambientais causados por seus padrões de compra e consumo de alimentos. Na verdade, há 15 anos, muito poucas pessoas tinham outras preocupações do que ter uma grande diversidade de alimentos baratos disponíveis durante todo o ano. Agora, as pessoas estão muito mais atentas aos impactos de suas práticas de compra e procuram saber sobre direitos trabalhistas, sustentabilidade, distância percorrida pelo alimento [desde seu cultivo até chegar ao nosso prato], etc. Eu vejo nisso uma evolução muito positiva. Mas será que tem alcance suficiente? Talvez não. Em parte, porque é uma preocupação que aflige ainda uma parte relativamente pequena da população, a das pessoas mais bem informadas e mais conscientes. Além disso, esse tipo de posição passa



pela necessidade de admitir que o consumo mais responsável significa também consumir menos de certos produtos, particularmente carne.

Estamos começando a perceber que o nosso consumo excessivo de carne tem um enorme impacto sobre os recursos naturais, levando a uma crescente escassez de terra e água. O atual nível de consumo de carne na União Europeia é de 75 kg por pessoa por ano. Além dos impactos negativos para o meio ambiente, isso cria uma série de problemas de saúde. Assim, um movimento em direção a estilos de vida mais saudáveis e mudanças na forma como nós consumimos alimentos são desejáveis e, talvez, seja uma meta que começa a despontar no horizonte.

Porque o acesso à terra é tão importante?

Por muitos anos, achávamos que havia muita terra disponível e que não haveria competição por esse recurso. Mas a crise mundial do preço dos alimentos de 2008 chamou a atenção de muitos governos para a necessidade de garantir o acesso à terra, já que os mercados globais não se mostraram suficientemente confiáveis para assegurar a distribuição de alimentos.

Percebeu-se que havia interesse na aquisição de terras agrícolas não apenas por parte de governos, mas também de investidores privados. Isso levou ao que muitos chamam de *grilagem massiva de terras* (*land grabbing*, em inglês). Enormes áreas foram compradas ou arrendadas de 2008 a 2011, embora a

tendência esteja diminuindo ligeiramente agora. Então, a terra se tornou uma mercadoria sobre a qual há grande competição.

O problema é que, em muitas regiões, aqueles que utilizam e dependem da terra para sua subsistência não têm acesso seguro a ela. Essas pessoas correm risco de ser alijadas do mercado de terras e ser expulsas da terra da qual dependem porque alguém com mais poder de compra pode adquiri-la, em vez deles. Isso está se tornando um problema sério, inclusive para as gerações mais jovens nos países industrializados.

Também para eles, o acesso à terra está se tornando problemático. Esse é um problema que não se limita aos camponeses dos países do Sul. Por causa da inflação dos preços da terra, hoje é muito difícil para quem tem 25 anos de idade começar na agricultura, a menos que os seus pais sejam agricultores.

Para os jovens agricultores na União Europeia, é difícil entrar no ramo da agricultura porque a terra e as máquinas estão se tornando muito caras. Por isso, é necessário ter programas para melhorar o acesso à terra e ao crédito, bem como para garantir que a terra seja utilizada por aqueles que a tratam melhor.

Que políticas são necessárias para construir sistemas alimentares mais justos e sustentáveis?

Precisamos de políticas que sejam muito mais coerentes com as especificidades locais/regionais. Eu vejo muitos exemplos de sistemas alimentares locais sendo reconstruídos, com consumidores sendo mais ativos, estabelecendo vínculos com os produtores e sendo apoiados pelos poderes municipais. Os recursos locais podem ser mais bem utilizados para moldar sistemas alimentares que sejam mais sustentáveis e justos tanto para os consumidores como para os produtores.



Olivier De Schutter fala sobre sistemas alimentares sustentáveis e justos em uma conferência em Wageningen, na Holanda

No entanto, muitas vezes, essas iniciativas locais não são apoiadas por políticas nacionais ou pela estrutura global.

Na maioria das vezes, as políticas agrícolas nacionais não atentam para as dimensões locais dos sistemas alimentares. Além disso, a conjuntura global apoia a expansão da agricultura voltada para as exportações, mas não atua no sentido de incentivar os governos a considerarem outras dimensões dos sistemas alimentares que não se resumam apenas ao aumento dos volumes de produção. Precisamos de mais coerência entre os diferentes níveis de governança e muito mais democracia alimentar. As pessoas devem ser capazes de responsabilizar os governos pelos efeitos negativos gerados pelos sistemas alimentares globalizados. Há uma necessidade de maior integração entre as políticas agrícolas e as políticas alimentares, para que essas outras dimensões sejam levadas em conta. É por isso que as questões de governança são a chave da transição para sistemas alimentares sustentáveis.

Em que órgão internacional deve ser discutido o comércio nos setores de alimentação e agricultura?

Houve uma tentativa nos últimos quatro ou cinco anos para melhorar a coerência das diferentes políticas

setoriais que afetam a segurança alimentar global. Isso levou a uma reforma do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, que se reúne em Roma, sob os auspícios da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO, na sigla em inglês). É uma comissão amplamente representativa, incluindo todos os governos, todas as agências internacionais relacionadas à alimentação e à agricultura, o setor privado, ONGs e organizações de agricultores, que trabalham em conjunto para fornecer recomendações para os governos.

A minha esperança é que, no futuro, essa comissão, por ser inclusiva e transparente, possa exercer maior influência na elaboração de reformas nos níveis global e nacionais. Infelizmente, o mercado está muito fora do nosso alcance, e a comissão não está autorizada a discutir em profundidade o impacto das políticas comerciais sobre a segurança alimentar. Essa questão está sob o controle da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Eu acho que isso é um erro, e é algo que deve ser visto como parte do problema. Não faz sentido discutir investimento agrícola, segurança alimentar e mudanças climáticas e não discutir mercado, comércio, uma vez que ele exerce enorme impacto sobre a formulação de políticas agrícolas e alimentares.